

SUMÁRIO

Capítulo 1

NORMAS CONSTITUCIONAIS COM RELEVÂNCIA PARA O PROCESSO CIVIL..... 23

1.1 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana..... 23

1.2 O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional como Subprincípio Concretizador da Dignidade da Pessoa Humana .. 35

1.3 Princípio da Razoável Duração do Processo 39

1.4 O Direito Fundamental ao Devido Processo Legal 44

1.5 O Direito Fundamental à Igualdade entre as Partes 47

1.6 O Direito Fundamental ao Juiz Natural..... 49

1.7 Princípio da Imparcialidade..... 49

1.8 Princípio do Promotor Natural 50

1.9 O Direito Fundamental ao Contraditório e da Ampla Defesa
..... 50

1.10 O Direito Fundamental à Publicidade 53

1.11 O Direito Fundamental à Motivação das Decisões 54

1.12 O Direito Fundamental à Inadmissibilidade da Prova Ilícita
..... 54

1.13 O Direito Fundamental ao Duplo Grau de Jurisdição 55

1.14 Princípio da Assistência Jurídica Integral e Gratuita 54

1.15 O Direito Fundamental ao Processo Justo..... 56

Capítulo 2

PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL..... 65

2.1 Princípio da Simetria Constitucional..... 65

2.2 Princípio da Inércia e do Impulso Oficial.....	65
2.3 Princípio da Inafastabilidade do Poder Jurisdicional	65
2.3.1 Princípio da Promoção pelo Estado da Solução por Autocomposição	65
2.4 Princípio da razoabilidade da prestação jurisdicional, princípio da primazia do julgamento de mérito e princípio da efetividade	66
2.5 Princípio da Boa-Fé.....	66
2.6 Princípio da Cooperação	69
2.7 Princípio da Igualdade Processual e dever do Juiz de zelar pelo efetivo contraditório	70
2.8 Princípio da Função Social, Dignidade da Pessoa Humana e outros	70
2.9 Princípio do Contraditório Participativo	71
2.10 Princípio da Vedação das Decisões Surpresa	72
2.11 Princípio da Publicidade e da Fundamentação das decisões Judiciais	72
2.12 Princípio da Persuasão Racional	73
Capítulo 3	
SISTEMA MULTIPORTAS.....	75
3.1 Conceito.....	75
3.2 Métodos de Administração de Conflitos (escala de interferência)	75
Capítulo 4	
MEDIAÇÃO E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DA MEDIAÇÃO.....	83
4.1 O que é mediação?	83
4.2 Princípios Processuais na Lei 13.140/2015	84
4.3 Espécies de Convenções.....	89

4.4 Mediadores Extrajudiciais e Mediadores Judiciais	90
4.5 Técnicas de Mediação de Conflitos.....	95
4.6 Mediação – Esferas de Atuação dos mediadores	97
Capítulo 5	
PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO	99
5.1 Considerações iniciais	99
5.2 Comediação	100
5.3 Principais Etapas do Procedimento de Mediação.....	100
5.4 Mediação com processo arbitral ou judicial em curso	101
5.5 Encerramento do Procedimento de Mediação	102
5.6 Mediação Extrajudicial.....	102
5.6.1 <i>Convite para iniciar o procedimento.....</i>	<i>102</i>
5.6.2 <i>Previsão Contratual de Mediação.....</i>	<i>102</i>
5.6.3 <i>Dever de não judicialização e as Medidas de Urgência</i>	<i>104</i>
5.7 Mediação Judicial.....	104
5.7.1 <i>Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCS)</i>	<i>104</i>
5.7.2 <i>Mediadores</i>	<i>108</i>
5.7.3 <i>Participação de Advogados ou Defensores Públicos..</i>	<i>108</i>
5.7.4 <i>Audiência de Mediação</i>	<i>111</i>
5.7.5 <i>Prazo para a Conclusão do Procedimento de Mediação Judicial</i>	<i>111</i>
5.7.6 <i>Custas Judiciais.....</i>	<i>112</i>

Capítulo 6

AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

.....	113
6.1 Considerações iniciais	113
6.2 Mediação Coletiva de Conflitos	114
6.3 Prescrição	114
6.4 Conflitos Envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	116
6.4.1 <i>Transação por Adesão</i>	116
6.4.2 <i>Conflitos envolvendo Controvérsia Jurídica</i>	117
6.4.2.1 <i>Composição Extrajudicial do Conflito</i>	117
6.4.2.2 <i>Reconhecimento de Créditos da União</i>	117
6.4.2.3 <i>Responsabilidade do Agente Público</i>	117
6.4.2.4 <i>Ação de Improbidade Administrativa ou Decisão do Tribunal de Contas da União</i>	118
6.4.3 <i>Litígios com órgãos ou entidades da administração pública federal</i>	118
6.4.4 <i>Controvérsia relativa a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a créditos inscritos em dívida ativa da União</i>	118
6.4.5 <i>Ação Judicial</i>	119
6.4.6 <i>Responsabilidade dos servidores e empregados públicos</i>	120

Capítulo 7

ARBITRAGEM – DISPOSIÇÕES GERAIS..... 121

7.1 Considerações Preliminares	121
7.2 Mediação x Conciliação x Arbitragem.....	121

7.3 Quem pode utilizar a arbitragem?	122
7.4 Arbitragem de Direito ou Arbitragem de Equidade	123
Capítulo 8	
CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E SEUS EFEITOS.....	125
8.1 Convenção de Arbitragem.....	125
8.2 Cláusula Compromissória	127
8.3 Cláusula Compromissória em Contratos de Adesão	128
8.4 Arbitragem Institucional.....	128
8.5 Convite para iniciar o procedimento arbitral.....	130
8.6 Resistência a Cláusula Compromissória	130
8.7 Autonomia da Cláusula Compromissória (competência-competência)	132
8.8 Compromisso Arbitral.....	133
8.9 Compromisso Arbitral Judicial	134
8.10 Compromisso Arbitral Extrajudicial	134
8.11 Requisitos do Compromisso Arbitral	134
8.12 Honorários do(s) Árbitro(s)Requisitos	135
8.13 Extinção do Compromisso Arbitral.....	135
Capítulo 9	
DOS ÁRBITROS.....	137
9.1 Árbitros.....	137
9.2 Processo de Escolha dos Árbitros	137
9.3 Presidente do Tribunal Arbitral	138
9.4 Secretário	138
9.5 Atuação do Árbitro	138
9.6 Verbas para Despesas e Diligências	138

9.7 Impedimento e Suspeição.....	139
9.8 Recusa do Árbitro.....	139
Capítulo 10	
PROCEDIMENTO ARBITRAL	141
10.1 Instituição da Arbitragem.....	141
10.2 Arguição de questões relativas à competência ou suspeição/impedimento dos árbitros e à invalidade/ineficácia da convenção de arbitragem.....	141
10.3 Procedimento na Arbitragem.....	142
10.4 Princípios no Procedimento Arbitral.....	142
10.5 Representação.....	143
10.6 Conciliação	143
10.7 Depoimento, testemunhas, Perícias e outras Provas	143
10.8 Revelia.....	144
10.9 Substituição do Árbitro e Repetição das Provas.....	144
Capítulo 11	
TUTELAS CAUTELARES E DE URGÊNCIA.....	145
11.1 Considerações iniciais	145
11.2 Quadro Esquemático	146
11.3 Tutela Provisória de Urgência	149
11.4 Concessão de liminar.....	149
11.5 Perigo de Irreversibilidade da decisão.....	150
11.6 Caução	150
11.7 Tutela Provisória de Urgência de natureza cautelar	150
11.8 Procedimento da tutela provisória antecipada em caráter antecedente	151

11.9 Estabilização da tutela provisória antecipada em caráter antecedente	152
11.10 Procedimento da tutela provisória cautelar em caráter antecedente	153
<i>11.10.1 Cessaçãõ da Eficácia da tutela concedida em caráter antecedente</i>	<i>155</i>
<i>11.10.2 Indeferimento da tutela cautelar</i>	<i>155</i>
11.11 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	156
<i>11.11.1 Restrições à Tutela Provisória</i>	<i>156</i>
11.12 Manutenção, Modificação ou Revogação da Medida Cautelar ou de Urgência	159
Capítulo 12	
CARTA ARBITRAL.....	161
12.1 Carta Arbitral.....	161
Capítulo 13	
SENTENÇA ARBITRAL.....	163
13.1 Sentença Arbitral	163
13.2 Decisão por Maioria	163
13.3 Requisitos Obrigatórios da Sentença Arbitral	163
13.4 Custas, despesas e verba decorrente de litigância de má-fé	164
13.5 Acordo no curso da Arbitragem	164
13.6 Encerramento da Arbitragem	165
13.7 Erro Material e obscuridade, dúvida, contradição ou omissão da sentença arbitral.....	165
13.8 Efeitos da Sentença Arbitral.....	165
13.9 Invalidade da sentença Arbitral.....	166

13.10 Ação Anulatória	166
13.11 Sentença Arbitral Complementar	169

Capítulo 14

RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇAS..... 171

14.1 Sentença Arbitral Estrangeira.....	171
---	-----

14.2 Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira.....	171
--	-----

14.3 Denegação da Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira.....	174
---	-----

ANEXO I

CNJ - RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...	177
---	------------

ANEXO II

CBMA – CENTRO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM - REGULAMENTO DE MEDIAÇÃO.....	207
---	------------

ANEXO III

CBMA – CENTRO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM - REGULAMENTO DE ARBITRAGEM.....	217
---	------------

ANEXO IV

CBMA – CENTRO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM - REGULAMENTO DE DISPUTE BOARD	233
---	------------

ANEXO V

MODELOS DE CLÁUSULAS: CENTRO DE ARBITRAGEM E MEDIÇÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ (“CAM- CCBC”)¹.....	261
REFERÊNCIAS	265

¹ Disponível em: <<https://ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/resolucao-de-disputas/arbitragem/modelos-de-clausula/>> Acesso em: 02 jan. 2024.